



## Novo prazo para repatriação deve ser votado em 8 de março

Projeto, que ganhou urgência, prevê que parte do dinheiro arrecadado com a regularização tributária será destinada a estados e municípios

**D**everá ser votado pelo Plenário do Senado logo após o Carnaval, em 8 de março, o projeto de lei que abre um novo prazo para que os brasileiros que mantêm recursos não declarados no exterior regularizem a situação, por meio de pagamento de multa e imposto. De acordo com a versão aprovada pelos deputados, parentes de políticos não poderão se beneficiar da regularização tributária. Uma parcela do dinheiro arrecadado pelo governo federal será destinada aos cofres dos estados e dos municípios. Se for aprovado pelo Senado, o texto vai para a sanção presidencial. **3**



Senadores durante votação no Plenário: projeto que permite a brasileiros regularizar situação de recursos mantidos no exterior está na pauta do dia 8 de março

Jonas Pereira/Agência Senado - 7/2/2017



Divulgação

Os primórdios do voto feminino no Brasil: brasileira vai à urna pela primeira vez, nas eleições legislativas de 1933

### Direito ao voto feminino completa 85 anos hoje

No dia 24 de fevereiro de 1932, as brasileiras conquistaram um importante direito: o voto. A conquista derivou da luta de sufragistas como Leolinda Daltro e Bertha Lutz e virou lei por decreto do presidente Getúlio Vargas, que definiu o eleitor como “cidadão

maior de 21 anos, sem distinção de sexo”. Atualmente, as mulheres representam 53% do eleitorado, segundo a Justiça Eleitoral. Mas senadoras alertam para a necessidade de aumentar presença da mulher em cargos políticos. **2**

**PEC que reduz burocracia já pode ir a voto **3****

**Senadora poderá ter lugar garantido na direção da Casa **2****

**Isenção para carro deve valer para todo deficiente **4****

**Novas regras para concessão de rádio vão a Plenário **3****

### Congresso Nacional fica aberto para visitas durante o Carnaval

As visitas guiadas pelo Congresso Nacional funcionam normalmente durante o feriado do Carnaval. Os grupos saem a cada meia hora, das 9h às 17h30.

Na Quarta-Feira de Cinzas, o tour acontece apenas à tarde, das 13h às 17h30.

Em feriados, fins de semana e às segundas e sextas-feiras, não é necessário agendamento prévio. De terça a quinta, a visita deve ser marcada até a véspera. Estrangeiros podem agendar atendimento em outros idiomas, como inglês, espanhol e francês. **2**

Lia de Paula/Agência Senado



Abrijo Nosso Lar, em Brasília: hoje o juiz decide quando a adoção será concluída

### Projeto define prazo para concluir adoção

Está em análise na Comissão de Direitos Humanos projeto da senadora Rose de Freitas que estipula prazo máximo para conclusão do processo de adoção. Segundo a proposta, a adoção deverá ser concluída 12 meses depois de iniciado o estágio de convivência. Hoje a lei não define prazo. **4**



Alunos passam pela Praça das Bandeiras, no Senado, em visita guiada

Pedro França/Agência Senado

# Conquista do voto das mulheres faz 85 anos hoje

Decreto assinado em 1932 por Getúlio Vargas liberou mulheres para ir às urnas. Permissão abriu caminho para outras conquistas, já que, de olho nos novos votos, políticos passaram a atuar pela pauta feminina

A CONQUISTA DO voto feminino no Brasil faz 85 anos hoje. Em 24 de fevereiro de 1932, um decreto do presidente Getúlio Vargas liberou a participação das mulheres nas eleições.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) diz que foi a partir do voto que as mulheres passaram a ser reconhecidas como cidadãs.

— Foi uma das maiores conquistas que nós, mulheres, tivemos no Brasil.

O decreto de 1932 definia que o eleitor era “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”. O Senado e a Câmara não participaram dos debates porque as duas Casas estavam fechadas desde 1930, quando Getúlio chegou ao poder por meio de um golpe.

A luta foi longa e começou no exterior. No final do século 18, a França assistia às primeiras defesas públicas do voto da mulher. Viviam-se os ventos libertadores da Revolução Francesa. A ideia ganharia adeptos em outros países.

O voto feminino só se tornaria realidade no mundo em 1893. O país pioneiro foi a Nova Zelândia. As inglesas puderam se tornar eleitoras em 1918. As francesas, apenas em 1944.

Inspiradas pelo movimento no exterior, algumas mulhe-

Pelo mundo		
Ano em que as mulheres ganharam o direito de voto		
	Nova Zelândia	1893
	Austrália	1902
	Finlândia	1906
	Noruega	1913
	Inglaterra	1918
	Alemanha	1919
	Estados Unidos	1920
	Equador	1929
	África do Sul	1930
	<b>Brasil</b>	<b>1932</b>
	Cuba	1934
	França	1944

Fonte: Encyclopædia Britannica

res mais audaciosas deram impulso à luta sufragista no Brasil, como Leolinda Daltro e Bertha Lutz.

## Primeira prefeita

Os primeiros frutos foram colhidos no Rio de Grande do Norte, antes do decreto. Em 1927, o governo local liberou o voto feminino sob o argumento de que a Constituição, embora não o autorizasse, tampouco o proibia. Na época, os estados tinham mais autonomia do que hoje para criar leis. Em 1928, os eleitores — e as eleitoras — de Lajes (RN) escolheram a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano. Foi notícia até no *New York Times*.

Na realidade, Getúlio concedeu o direito de voto às mulheres mais por conveniência política do que por amor à causa feminista. No mesmo ano do decreto, alguns meses adiante, ele enfrentaria os paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. Interessava ao presidente arrebatar o maior apoio eleitoral possível.

Qualquer que tenha sido a motivação, o fato é que o direito de ir às urnas abriu caminho para que as mulheres acumulassem mais direitos nas décadas seguintes. Para obter o voto delas, os políticos se viram obrigados a fazer promessas de campanha e elaborar leis que as beneficiassem — preocupação que não havia antes. Exemplo: em 1961, uma lei equiparou o ensino normal (que formava professoras) ao ensino médio, o que finalmente desobstruiu a entrada das mulheres na universidade.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) reconhece que o voto feminino foi um marco, mas diz que ainda há muito a avançar.

— Basta ver a presença das mulheres na política, que é mínima na comparação com a presença dos homens.

Segundo a Justiça Eleitoral, as mulheres representam 53% do eleitorado. No Senado, ocupam 16% das cadeiras.

## Projeto determina participação feminina na Mesa

O Projeto de Resolução (PRS) 2/2017, que propõe mudar o Regimento Interno da Casa para garantir ao menos uma vaga na Mesa do Senado para uma senadora, foi apresentado por Jorge Viana (PT-AC) e está aguardando sugestões de emendas.

Como justificativa, Viana qualifica como “lamentável” o fato de o Senado não ter eleito, em 1º de fevereiro, ao menos uma senadora para a direção da Casa no biênio 2017-2018. O senador também cita um

ranking da União Interparlamentar no qual hoje o Brasil ocupa a 154ª posição entre 193 nações, no que se refere à representação feminina em parlamentos.

Viana acredita que as mulheres “vêm conquistando extraordinários avanços na sociedade brasileira”, sendo a maioria hoje no ingresso e na conclusão de cursos superiores, bem como na conclusão de doutorados no exterior nos últimos quatro anos. “Mas estas conquistas contrastam

fortemente com a ínfima participação de mulheres na política”, critica na justificativa da proposta.

O senador vê que as mulheres enfrentam “maiores obstáculos políticos e culturais” na política, o que no seu entender refletiu-se nas eleições de 2014, quando apenas 51 candidatas se elegeram para a Câmara dos Deputados (9,9% do total) e outras 5 para o Senado (18,5% dos cargos em disputa). Hoje, entre os 81 senadores, só 13 são mulheres.

## Presidente do Senado, Eunício Oliveira se recupera de cirurgia

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, submeteu-se a uma cirurgia ontem pela manhã, em Brasília, para a retirada da vesícula.

De acordo com uma nota emitida pela Presidência do Senado, a operação foi realizada com sucesso e o senador recupera-se bem.

A cirurgia foi necessá-

ria por causa de cálculos que obstruíam a via biliar principal. Uma colecistite (inflamação da vesícula) aguda foi detectada após exames realizados na quarta-feira à noite.

O procedimento foi feito no Hospital Santa Lúcia, pela equipe do cirurgião Jaldo Aguiar Barbosa.



Pedro Franco/Agência Senado

Além de receber turistas, o Congresso oferece visitas guiadas para escolas

## Visitas guiadas ao Congresso funcionam durante o Carnaval

A visitação gratuita ao Congresso Nacional seguirá os procedimentos usuais durante o feriado de Carnaval. Os grupos saem a cada meia hora, entre as 9h e as 17h30.

O percurso inclui os principais espaços do Palácio do Congresso e os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. As visitas são mediadas por servidores de ambas as Casas que se revezam na condução dos visitantes. A volta dura cerca de uma hora e a entrada será pela rampa do Salão Negro.

Na Quarta-Feira de Cinzas, a visita acontece somente no horário da tarde, das 13h30 às 17h30.

Por ser dia útil na Câmara, voltam a valer as regras de vestuário: não é permitida a entrada de pessoas trajando shorts, bermudas, camisas regatas e chinelos. As restrições não se aplicam a crianças de até 12 anos. Nesse dia, os grupos sairão com no máximo 50 pessoas.

O Palácio do Congresso Nacional está aberto à visitação normalmente das 8h30 às 17h30, com a saída do primeiro grupo às 9h.

O acesso dos visitantes de segunda a sexta-feira é feito pela Chapelaria e, nos fins de semana e feriados, pela rampa principal do Congresso.

## Agendamento

Para visitas de terça a quinta, o agendamento é obrigatório e deve ser realizado até as 17h do dia anterior. Em dias úteis, também devem agendar com antecedência grupos com mais de 15 pessoas ou que desejem visitas em outros idiomas como o inglês, espanhol, francês e em Libras (língua de sinais).

Recomenda-se ainda o agendamento para pessoas que tenham algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção.

Visita virtual e informações: <http://sena.do/visite>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Novo prazo para repatriar recursos deve ir a voto dia 8

Senadores votarão versão dos deputados, que mudou valores da multa e do imposto a ser pago pelo contribuinte e proibiu que parentes de políticos se beneficiem do programa de regularização tributária

O PLENÁRIO DO Senado deve votar em 8 de março o projeto que reabre o prazo para regularização de recursos mantidos ou enviados ilegalmente ao exterior. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada.

Pelo texto aprovado pelos deputados, o novo prazo de adesão é de 120 dias e começa a contar da data da regulamentação do assunto pela Receita Federal.

A tributação total também muda. Enquanto a versão inicial previa 17,5% de imposto e 17,5% de multa, o substitutivo aprovado pelos deputados propõe 15% de imposto e 20,25% de multa (ou 135% do imposto pago).

Dos valores arrecadados com a multa, 46% serão re-



Plenário deve votar projeto da repatriação na semana posterior ao Carnaval

partidos com os estados e os municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM).

A Câmara retirou do texto a possibilidade de parentes de políticos regularizarem ativos mantidos no exterior.

Ao aderir ao regime, o contri-

buinte será anistiado de vários crimes tributários relacionados aos valores declarados, como sonegação fiscal e descaminho, e de outros listados em leis específicas, a exemplo da lei sobre lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

(Com Agência Câmara)

## PEC da Desburocratização pode ser analisada logo após Carnaval

A proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC da Desburocratização poderá ser votada na primeira semana após o Carnaval. O texto reduz obrigações fiscais e tributárias para municípios menores, incentiva tratamento simplificado para micros e pequenas empresas e prevê a elaboração de um Estatuto do Contribuinte.

A PEC 57/2016 passou pela quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, ontem e poderá ser incluída na ordem do dia da próxima sessão deliberativa para a primeira votação.

Resultado do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, que atuou no Senado em 2016, a proposta define, por lei complementar, o conceito de pequeno município e assegura a eles normas simplificadas para balancetes e prestação de contas.

Também permite a dele-

gação de competência para que o estado em que estiver localizado município nessa condição assumam a cobrança e a fiscalização dos tributos de âmbito municipal.

Outra novidade é a previsão para que seja elaborado um Estatuto de Defesa dos Direitos dos Contribuintes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Ontem também foi discutida proposta que reduz a burocracia para o repasse de verbas de emendas parlamentares a prefeituras e governos estaduais (PEC 61/2015). Foi a terceira sessão de discussão da proposta, em primeiro turno.

O texto permite que emendas parlamentares ao Orçamento sejam destinadas diretamente aos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). Hoje as emendas são direcionadas a projetos específicos.

## Plenário avalia mudanças em renovação de concessões de rádio

O Plenário deve votar em 8 de março as novas regras dos processos de renovação de outorga dos serviços de rádio e televisão. A Medida Provisória 747/2016, que modifica a atual legislação, foi aprovada na Câmara na terça-feira, sob a forma do PLV 1/2017. Os senadores precisam analisar o texto até 12 de março, quando perde a vigência.

O texto permite a regularização de concessões vencidas e possibilita a essas emissoras regularizar a situação no Ministério da Ciência e Tecnologia no prazo de 90 dias a partir da edição da MP. A regularização só será possível se o Congresso ainda não tiver deliberado sobre a extinção da outorga.

### Perda de outorga

Pelas regras constitucionais, a perda de outorga pelo descumprimento do prazo para renovação a pedido precisa do voto de dois quintos dos parlamentares, o que "causaria um acúmulo considerável de matérias, impedindo e atrasando debates de grande relevância à população".

Os 90 dias também poderão ser usados pelas emissoras que apresentaram a renovação fora do prazo (os "pedidos

intempestivos"), mesmo que as concessões tenham sido declaradas extintas pelo Executivo, mas ainda não tenham sido analisadas pelo Congresso.

Para as emissoras com a concessão em dia, o pedido de renovação poderá ser feito durante os 12 meses anteriores ao vencimento da outorga. Vencida a outorga sem o pedido, o ministério vai notificar a emissora e abrir prazo de 90 dias para que ela se manifeste.

Antes da MP, o prazo para apresentar o pedido de renovação era entre seis e três meses anteriores ao fim da outorga.

### Licença provisória

Pelo texto, as emissoras de rádio e TV poderão funcionar em caráter precário, caso a concessão tenha vencido antes da decisão sobre a renovação. Ou seja, a emissora terá uma licença provisória de funcionamento até a definição da renovação da outorga pelo Ministério das Comunicações e pelo Congresso.

As concessões de radiodifusão têm a duração de 10 anos, no caso das rádios, e de 15 anos, no caso das TVs.

Pela Constituição, compete ao governo outorgar e renovar as concessões. Cabe ao Congresso apreciar a decisão

do Executivo. O ato de outorga ou renovação somente produz efeito legal após deliberação da Câmara e do Senado.

A matéria atribui o mesmo prazo da outorga para as permissões de rádio e retira do Código Brasileiro de Telecomunicações a necessidade de as emissoras cumprirem todas as obrigações legais e contratuais e manterem "idoneidade técnica, financeira e moral" para a renovação.

### Comunitárias

O texto concede às rádios comunitárias 30 dias para se manifestarem sobre o interesse em renovar, contados a partir de notificação do poder concedente da autorização. A notificação é feita caso a entidade autorizada a funcionar como rádio comunitária não se manifeste no prazo legal, que é entre um ano e até dois meses antes do término da vigência da outorga.

Caso ela não responda à notificação, deverá correr o processo de perda da outorga. Se responder no prazo solicitando a renovação, será multada pelas regras do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Em todas as situações também estará

autorizada a funcionar em caráter precário até a resolução da pendência.

Aplicam-se a elas também as regras de renovação cujo pedido tenha sido entregue fora do prazo legal.

A MP possibilita que pedidos de transferência direta de outorga (quando a emissora muda de controle e de razão social) possam ser aprovados mesmo nos casos em que o pedido de renovação ainda esteja tramitando.

Também modifica o código para atualizá-lo quanto a restrições sobre questões de segurança nacional. A MP retira a necessidade de cumprimento de condições contratuais como prova de idoneidade moral e demonstração dos recursos técnicos e financeiros. Saem da lei as restrições ao emprego de técnicos estrangeiros e a necessidade de registrar em junta comercial a composição do capital social.

O texto que veio da Câmara incluiu, porém, a obrigação de as empresas pleiteantes de concessão ou permissão de rádio apresentarem declaração de que nenhum dos dirigentes é condenado em decisão final por crimes enquadrados na Lei da Ficha Limpa.

(Com Agência Câmara)

## Rombo de R\$ 62 bi na energia vai ser pago pelo consumidor, diz Lasier

Lasier Martins (PSD-RS) denunciou na sexta-feira os equívocos que, em seu entendimento, foram cometidos pela ex-presidente Dilma Rousseff na gestão do setor energético. Ele citou dívida de R\$ 62,2 bilhões com as concessionárias, que agora deve ser paga pelos consumidores com



Pedro Franco/Agência Senado

aumentos nas contas de luz.

Lasier explicou que o rombo foi gerado pela decisão de an-

teciar a renovação das concessões de produtoras e distribuidoras.

— Hoje fica evidente que toda essa articulação teve um viés eleitoral, além de uma visão econômica equivocada.

## Raupp comemora investimento de banco no agronegócio de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) exaltou ontem a atuação do Banco da Amazônia (Basa) no financiamento ao agronegócio brasileiro e, em especial, de Rondônia. Ele mencionou a inauguração da nova sede do banco em Porto Velho, da qual participou nesta semana.

Segundo Raupp, nos



Pedro Franco/Agência Senado

últimos cinco anos, foram investidos R\$ 25 bilhões na economia da Amazônia e, para 2017, está previsto mais de R\$ 1,3 bilhão. O senador reforçou o estímulo para que outras instituições bancárias, tanto públicas quanto privadas, ampliem o espectro de atuação.

## Burocracia atrapalha repasse de verba a prefeituras, critica Medeiros

José Medeiros (PSD-MT) reclamou da burocracia e do atraso no repasse de verbas aos municípios. Ele criticou ontem à atuação da Caixa, que muitas vezes é responsável pelo processo.

— Os prefeitos já são fiscalizados microscopicamente por todos os órgãos e tribunais de



Pedro Franco/Agência Senado

contas. Sou totalmente a favor de fiscalizações, mas penso que o Brasil fiscaliza mal, e precisamos fiscalizar bem.

Em discurso na quarta-feira, ele defendeu mais investimentos em infraestrutura de transporte em Mato Grosso, estado que se destaca pela produção agrícola.

# Processo de adoção poderá ter prazo máximo

Texto estipula que a adoção será concluída em 12 meses a partir do estágio de convivência. Atualmente, não há prazo especificado na lei

O PROCESSO DE adoção poderá se tornar mais ágil. É o que pretende a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), com um projeto de sua autoria (PLS 31/2017) que está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto estipula que o prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção será de 12 meses, depois de iniciado o estágio de convivência.

Hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não estabelece um período específico, apontando apenas que a adoção será precedida de estágio de convivência com



Rose de Freitas afirma que o maior benefício do projeto é evitar que os processos se arrastem prejudicando pais e filhos

a criança ou o adolescente, “pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso”. Com o projeto, o processo terá de ser concluído em até um ano. O texto prevê também que esse

prazo será aplicado aos procedimentos de adoção que já estiverem em curso, quando a lei for publicada.

Rose explica que, no processo de adoção, o estágio de convivência começa quando

os pais levam o filho que pretendem adotar para casa, e os profissionais da equipe multidisciplinar da Justiça passam a avaliar a adaptação da nova família que está se formando. De acordo com a

senadora, o prazo de 12 meses é bastante razoável para que essa avaliação ocorra.

A autora destaca que o maior benefício de um prazo estabelecido é estimular a organização dos serviços judiciais, de forma que o atendimento às famílias seja realizado em tempo adequado, evitando “que os processos se arrastem além do prazo estritamente necessário para a avaliação da adaptação familiar”. Rose argumenta que o desfecho da ação de adoção é um momento muito aguardado por pais e filhos que passam pelo processo.

— Mais do que uma alegria e um alívio, a finalização da ação de adoção em um prazo razoável deve ser um direito — afirma a senadora.

Se aprovada sem emendas pela CDH, a matéria segue direto para tramitação na Câmara dos Deputados.

# Isenção de IPI pode valer para toda pessoa com deficiência

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos poderá ser estendida a todas as pessoas com deficiência. Esse é o teor de um projeto (PLS 28/2017) que está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O autor da proposta, senador Romário (PSB-RJ), aponta que a legislação atual (Lei 8.989/1995) não contempla, por exemplo, os deficientes auditivos. Hoje, a lei somente concede a isenção a pessoas com impedimentos de ordem física, visual e mental e a autistas, privando pessoas com outros tipos de deficiência sensorial do direito de usufruir do benefício fiscal. Pelo projeto, essa diferença acaba, passando a figurar na lei apenas que o benefício poderá ser usado “por pessoas com deficiência, diretamente ou por intermédio



Carro adaptado para motorista com deficiência física: texto isenta de imposto pessoas com qualquer tipo de deficiência

de seu representante legal”.

O projeto busca simplificar a definição do beneficiário, considerando pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou

mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme avaliação biopsicossocial”. Quem se enquadrar nessa definição terá direito ao benefício — que só poderá ser usado uma vez a

cada dois anos, a menos que o veículo tenha sido roubado, furtado ou sofrido perda total.

Para Romário, o projeto pode corrigir a “injustiça legal” de não incluir todos os deficientes como beneficiários da isenção. O senador lembra que a isenção do IPI é uma forma

de contribuir com a mobilidade da pessoa com deficiência, que terá mais condições de adquirir um automóvel.

O projeto estabelece que o imposto não incidirá sobre os acessórios que forem utilizados para a adaptação ao uso por pessoa com deficiência, mesmo não sendo equipamentos originais do veículo. O IPI pode representar 7% do preço do carro zero, nos modelos mais populares, ou até 25%, nos tipos mais luxuosos, considerando os motores bicombustíveis.

Segundo Romário, a renúncia fiscal pode ficar em R\$ 470 milhões neste ano, chegando a R\$ 500 milhões e R\$ 520 milhões para os dois anos seguintes.

Após a votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta seguirá para decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Wellington pede solução urgente em obras de saúde

Wellington Fagundes (PR-MT) pediu ontem ao governador de Mato Grosso, Pedro Taques, que entre em acordo com o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, para conclusão das obras do novo pronto-socorro para a cidade.

Ele disse que o governo estadual não cumpriu sua parte no convênio com a prefeitura, repassando apenas R\$ 15 milhões dos R\$ 50 milhões previstos até agosto de 2016. O senador apontou também a paralisação das obras de hospital, com repasses federais de mais de R\$ 70 milhões suspensos há dois anos, em função de auditoria, sem providência para nova licitação.



Wellington Fagundes

## Chaves: mudança no ensino médio seguiu vários países

O modelo adotado pelo Brasil na reforma do ensino médio — base curricular comum com disciplinas obrigatórias e itinerários formativos, além de oferta de matérias conforme o interesse do aluno — é aplicado com sucesso por vários países há mais de 40 anos. O comentário foi feito por Pedro Chaves (PSC-MS), relator da reforma.

Ele disse que sistemas semelhantes são adotados em países com excelentes desempenhos educacionais, como Finlândia, Coreia do Sul e Estados Unidos.

— A reforma do ensino médio é um passo importante em direção ao desenvolvimento — concluiu o senador.



Pedro Chaves

## Reforma da Previdência é cruel, afirma Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) fez várias críticas à proposta de reforma da Previdência, que ele chamou de “afronta ao trabalhador” e “piada de mau gosto”.

Em discurso na quarta-feira, ele afirmou estar “entrincheirado” com os que lutam contra a proposta do governo.

— Entre todos os modelos de previdência pública do mundo, o mais cruel e o mais desigual será o que nós teremos no Brasil após a aprovação dessa proposta — afirmou.

O senador acrescentou que a proposta é inconstitucional por ferir os direitos fundamentais previstos no artigo sétimo da Constituição.



Randolfe Rodrigues

## Para Requião, modelo neoliberal está fracassado

Em discurso na quarta-feira, ao qual denominou “Um grito de brasilidade”, Roberto Requião (PMDB-PR) conclamou a população a resistir e reagir contra a “ditadura do capital financeiro global”.

O senador mencionou diversos acontecimentos recentes que, a seu ver, indicam que os governantes do país estão na contramão da história ao se negarem a proteger a indústria e os trabalhadores brasileiros. Ele disse que o Brasil está voltando à “trilha do fracassado modelo liberal”.



Roberto Requião